

Plebiscito da



O POVO DIZ
NÃO
À DÍVIDA



e SIM à VIDA

Março de 2001


Edições Loyola

Home Page do Plebiscito Nacional

www.jubileu2000.org.br

www.cnbb.org.br

Secretaria do Plebiscito Nacional

SE/SUL Q. 801 Conj. "B"

70401-900 Brasília, DF

 (0**61) 313-8323

 (0**61) 313-8303

E-mail: dividaexterna@cnbb.org.br

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335 – 04299-970 – São Paulo, SP

 (0**11) 6914-1922

 (0**11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

Editorial: loyola@loyola.com.br

Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN; 85-15-02276-1

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2001



De 2 a 7 de setembro de 2000

**O POVO DIZ
NÃO
À DÍVIDA
e SIM à vida**

COORDENAÇÃO NACIONAL

**CNBB/Pastorais Sociais • CONIC • CONTAG • CESE
CÁRITAS • CMP • CUT • FISENGE • IAB • MST
Rede Brasil • CNTE • UNE**

Março de 2001

Edições Loyola

The logo consists of a stylized black silhouette of a winged horse (Pegasus) in a running pose, positioned above the text 'Edições Loyola'.

6.030.329 brasileiros participaram do plebiscito

1

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI?

93,6% votaram **NÃO**

**2**

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?

95,6% votaram **NÃO**

**3**

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

95,6% votaram **NÃO**



NÃO à dívida

Veja nas páginas 12, 13 e 14 o resultado do plebiscito por Estado

APRESENTAÇÃO

Três caminhos convergentes conduziram à realização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa: o contexto das celebrações em torno do Jubileu 2000; os debates da Terceira Semana Social Brasileira (3^aSSB), em que se destacaram o Simpósio e o Tribunal da Dívida Externa; e a mobilização nacional e internacional em relação ao endividamento dos países pobres.

Os objetivos principais eram, por um lado, estender à população os debates da 3^a Semana Social Brasileira e, por outro, questionar o modelo sócio-político-econômico adotado pelo governo e pelas elites nacionais, o qual, ao mesmo tempo, concentra renda e poder e amplia a exclusão social.

O pleito, ocorrido na Semana da Pátria, de 02 a 07 de setembro de 2000, representou uma encruzilhada desses três caminhos. Ao mesmo tempo, ponto de chegada e ponto de partida para novas lutas e novas articulações, tanto em nível interno quanto externo.

O Plebiscito reuniu centenas de entidades e atores sociais, mobilizou milhares de lideranças e levou às urnas milhões de pessoas. Tudo isso expressa a importância do evento. Significou um verdadeiro exercício de cidadania: democrático, aberto, ecumênico e plural.

Realizou-se em conjunto com o Grito dos Excluídos, conferindo um novo sentido à Semana da Pátria, uma vez que o tema da Dívida Externa nos leva a perguntar pela soberania nacional e pelos destinos do país. Ficou claro que o povo brasileiro tem o direito de se manifestar a respeito das relações entre governo e credores nacionais e internacionais, capitaneados pelo FMI.

A cartilha que chega a suas mãos apresenta os resultados numéricos do Plebiscito, um manifesto lido no Congresso Nacional por ocasião da divulgação desses resultados e o calendário de lutas do ano 2001.

Trata-se de um subsídio que procura dar continuidade às mobilizações em torno da Campanha Jubileu 2000. Destina-se aos agentes e lideranças, como também às bases, como material de debates para os próximos passos.

Desejamos a todos e todas um bom trabalho!

Brasília/DF, março de 2001

A Coordenação

Plebiscito Nacional da Dívida Externa
Campanha Jubileu 2000, por um milênio sem dívidas

MANIFESTO

O Plebiscito confirma: a vida acima da dívida!

Mais de 6 milhões de brasileiras e de brasileiros participaram do Plebiscito Nacional da Dívida Externa.

Trata-se de uma iniciativa única em nossa história: um plebiscito de comparecimento não-obrigatório, organizado pela sociedade, realizado com lisura e transparência em todas as unidades da Federação, envolvendo cerca de 100 mil voluntários ligados a igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, entidades de representação profissional e poderes públicos.

Raras vezes em nossa história, atores tão diversos se uniram em torno de uma causa comum como esta. Foi assim na campanha do "Petróleo é nosso", nos anos 50. Foi assim na campanha pelas Reformas de Base, nos anos 60. Foi assim na campanha da Anistia, nos anos 70. Foi assim na campanha das Diretas, nos anos 80. Foi assim na campanha pelo impedimento do ex-presidente Collor, nos anos 90.



E está sendo assim no Plebiscito Nacional da Dívida Externa, que colheu a opinião popular sobre três questões:

- O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI?
- O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?
- Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Mais de 90% dos votantes responderam “não” a cada uma dessas questões. O sucesso do Plebiscito transcende, portanto, o expressivo número de votantes. Alcançamos quatro grandes objetivos:

O tema das dívidas, que estava encoberto, voltou a fazer parte do debate nacional.

Realizamos um importante trabalho de educação política.

Milhões de pessoas se manifestaram sobre algumas das causas da grave crise econômica e social que afeta o país: a política de endividamento e o acordo com o FMI.

Contribuímos para a campanha mundial de questionamento aos mecanismos e organismos do sistema financeiro internacional, e de solidariedade aos países pobres altamente endividados.

O Plebiscito atingiu seus objetivos, apesar da postura de grande parte dos meios de comunicação.

Esses, em vez de informar à população, optaram por combater o Plebiscito e deformar seus objetivos, negando espaço a seus organizadores.

O governo federal, por sua vez, difundiu ataques grosseiros à iniciativa, pressionou as entidades patrocinadoras e chantageou a sociedade com informações incorretas, alimentadas por um preconceito obscurantista contra quaisquer idéias que destoem do ideário oficial.

Não querem que a sociedade debata estes assuntos, porque sabem que do debate surgirão alternativas.

Essa atitude revela uma característica cada vez mais evidente do modelo econômico implantado no Brasil: por mais adesões que encontre na mídia, no mundo empresarial e financeiro e entre os denominados “formadores de opinião”, o modelo não suporta a controvérsia num ambiente arejado de idéias.

Os porta-vozes do “pensamento único” consideram qualquer crítica como “ameaçadora” e “desestabilizadora”; defendem que todos deveriam apoiar os cânones da política neoliberal, num “grande acordo” nacional que respeitaria os direitos das elites, em detrimento dos direitos da maioria do povo.

Há uma década o país vem adotando esta orientação econômica, baseada na dependência externa, no endividamento e sustentada pela chantagem segundo a qual a interrupção no fluxo de capitais produziria o colapso.

Ironicamente, as agências internacionais consideram que, para os investimentos estrangeiros, o Brasil representa maior risco que a Colômbia.

Não é uma iniciativa como o Plebiscito que prejudica o país, mas sim a financeirização da economia, que o submete aos “humores” da banca internacional.

Nos últimos anos, vários países recusaram as receitas do FMI e do Banco Mundial, criticadas até mesmo por setores dessas instituições internacionais.

A dívida externa constitui um problema gravíssimo, mesmo que o governo atual, como o governo militar nos anos 70, prefira apresentar nosso endividamento como “crédito”.

A dívida vem sendo “perfeitamente administrada”, no dizer dos porta-vozes oficiais, graças a uma política de juros altos, de escancaramento comercial, de privatização das empresas públicas e de precarização das relações de trabalho.



Em outras palavras, estamos numa situação de moratória social, que se expressa num enorme calote de todos os compromissos relativos à educação, à saúde, ao valor do salário mínimo, a uma aposentadoria digna, ao direito ao emprego, à reforma agrária, aos direitos dos povos indígenas e aos demais direitos e garantias constitucionais da maioria de nosso povo.

Ao longo dos anos 90, o problema do endividamento foi agravado pelo brutal crescimento da dívida externa privada. Parte do grande empresariado trocou uma dívida contraída no exterior, a juros baratos, por títulos da dívida pública interna, que pagam juros estratosféricos. Em resumo, estatizou-se grande parte dos débitos privados.

O crescimento da dívida pública interna, portanto, está ligado a este processo de especulação financeira, que freia o desenvolvimento econômico.

Por tudo isso, o Plebiscito veio no tempo certo, no espaço correto e com o foco adequado.

E o foco do Plebiscito está na crítica ao modelo econômico aplicado em nosso país.

Chamada a opinar sobre as dívidas e o acordo com o FMI, uma expressiva parcela da população tomou posição diante de temas que o governo prefere ver tratados apenas por seus especialistas.

O Plebiscito evidenciou que o endividamento não é um assunto técnico a ser debatido exclusivamente por teóricos em economia e finanças.

As decisões técnicas resultam de opções políticas, que no fundo se resumem em pagar as dívidas financeiras ou pagar as dívidas sociais.

O Plebiscito deixou claro, também, que uma causa justa, capaz de mobilizar as entidades populares e principalmente milhões de anônimos cidadãos e cidadãs, não precisa de enormes recursos financeiros.

Fizemos uma campanha modesta em termos materiais, sem instrumentos de divulgação no volume necessário a uma empreitada desse porte.

Mas o que nos faltou de aparato, foi compensado por dezenas de milhares de voluntários que, de forma espontânea e entusiasmada, inclusive em regiões distantes dos grandes centros, promoveram debates, produziram seus próprios materiais de divulgação, imprimiram cédulas e providenciaram urnas.

Para as entidades que impulsionaram o Plebiscito Nacional da Dívida Externa, as dívidas sociais estão acima das dívidas financeiras.

A prioridade nacional deve ser garantir trabalho, terra, moradia, educação, saúde, salário e aposentadoria dignas para nosso povo.

Foi exatamente a discussão das dívidas sociais e ecológicas, de suas causas e dos caminhos para seu pagamento que nos levou a questionar o acordo com o FMI, o endividamento externo e o endividamento interno.

Já em 1998, por iniciativa ecumênica das igrejas cristãs, realizou-se em Brasília o "Simpósio: dívida externa, implicações e perspectivas", no qual resgatamos e atualizamos a rica experiência acumulada, nos anos 70 e 80, nas mobilizações contra o endividamento.

No ano seguinte, realizou-se no Rio de Janeiro o "Tribunal da Dívida Externa", com 2 mil participantes, entre eles representantes de catorze países e de vários movimentos sociais e políticos.

O Tribunal aprovou um "Veredicto" condenando as dívidas e apontando nosso engajamento na mobilização internacional pelo seu cancelamento, que hoje integramos por meio da campanha Jubileu Sul.

Em 2000, finalmente, realizamos o Plebiscito Nacional da Dívida Externa.

O Plebiscito não se limitou a dizer "não" à dívida, "não" à especulação e "não" ao acordo com o FMI.



O Plebiscito também representa um “sim” a outro modelo econômico, que tenha na promoção da vida um de seus valores fundamentais.

Não podemos fazer nossa economia e nossa sociedade dependerem da atração de capitais estrangeiros.

As bases do atual modelo tornam o endividamento sinônimo de dominação.

Ou mudamos esta realidade, ou continuaremos a ver a maior parte de nossa sociedade ser vítima da crise social, do desemprego, dos baixos salários, da falta de serviços públicos, da violência e de tantas outras mazelas que tão bem conhecemos.

Não nos espanta que os senhores da dívida, muitos deles brasileiros, nos acusem de “caloteiros” e nos ameacem com retaliações.

Observemos a história: os colonizadores diziam que a independência seria o caminho para o caos.

Os senhores de escravos diziam que a abolição provocaria a falência da economia nacional.

As potências imperiais, como a Inglaterra do século passado e os Estados Unidos da América de hoje, sempre alardearam que não existiria outro caminho de desenvolvimento para as colônias senão a submissão à metrópole.

Os latifundiários diziam e dizem que a reforma agrária nos levará à bancarrota.

Os devastadores do meio ambiente, muitas vezes financiados por créditos externos, dizem que este é o preço inevitável do “progresso”.

No caso do endividamento, o discurso se repete. Nem por isso vivemos melhor. Assim, nada mais justo, nada mais natural, nada mais necessário, nada mais urgente, do que quebrar as cadeias que nos oprimem.

A dívida externa é, em grande parte, ilegal, ilegítima, imoral e já foi paga várias vezes. Apesar disso, continua crescendo e continua sendo paga, como se o objetivo fosse transformar o Brasil num país pobre altamente endividado.

As dívidas externa e interna são mecanismos que concentram renda, riqueza e poder nas mãos de segmentos minoritários, porém poderosos, de nossa sociedade.

O endividamento externo e o interno não são fenômenos naturais, nem inevitáveis.

São produzidos de forma consciente por setores sociais que deles se beneficiam. E só continuam a existir porque o conjunto da sociedade assim permite, consciente ou inconscientemente.

Nossa mobilização continua, agora por uma Auditoria da Dívida, por um Plebiscito Oficial, na formulação de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social, na participação do Brasil na campanha internacional Jubileu Sul.

O sentido mais profundo do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, realizado simbolicamente na semana em que se comemorou a Independência do Brasil, é constituir um libelo contra a exploração a que é submetida a maior parte de nosso povo.

Que este grito seja ouvido em todos os cantos do nosso país e do mundo, e que sua energia se reproduza na continuidade da luta por um Brasil de igualdade, democracia e vida.

A Vida Acima da Dívida!

Brasília/DF, 13 de setembro de 2000.

**As entidades promotoras do
Plebiscito Nacional da Dívida Externa**



1

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI?



93,6% votaram NÃO

UF	Total de votantes	SIM	NÃO	BRANCO	NULO
AC	11.024	738	10.048	204	34
ES	335.016	9.278	320.600	3.652	1.486
GO	161.987	8.931	150.092	2.327	637
PI	89.157	3.040	84.249	1.237	631
PR	334.867	12.746	317.719	3.321	1.081
PA	143.738	5.997	135.641	1.414	686
RJ	271.291	14.383	251.844	4.012	1.052
RO	123.669	4.101	117.956	1.256	356
SP	1.049.047	67.352	961.177	15.892	4.626
TO	37.216	2.548	34.164	363	141
RR	7.765	355	7.328	49	33
MG	854.466	50.451	783.664	15.225	5.126
PE	115.289	3.503	110.336	939	511
AM	62.847	2.087	59.560	925	275
AP	5.193	74	5.101	18	0
CE	301.541	5.264	292.692	2.269	1.316
MT	115.080	8.184	104.539	1.833	524
PB	179.212	3.630	173.939	999	644
SC	399.625	12.148	383.215	2.825	1.437
SE	94.453	2.035	91.748	447	223
DF	89.377	7.681	80.042	1.458	196
MA	85.476	2.496	81.122	1.592	266
MS	102.720	7.979	92.964	1.458	319
AL	37.436	904	36.286	168	78
RN	57.840	2.047	54.899	620	274
RS	527.485	31.028	484.654	9.007	2.796
BA	437.512	11.462	421.283	3.064	1.703
TOTAL	6.030.329	280.442	5.646.862	76.574	26.451

2

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?



95,6% votaram NÃO

UF	Total de votantes	SIM	NÃO	BRANCO	NULO
AC	11.024	468	10.384	144	28
ES	335.016	5.692	324.787	3.202	1.335
GO	161.987	5.303	154.380	1.680	624
PI	89.157	2.003	85.584	975	595
PR	334.867	7.456	323.963	2.422	1.026
PA	143.738	4.171	137.451	1.268	848
RJ	271.291	9.528	257.924	2.872	967
RO	123.669	2.710	119.703	961	295
SP	1.049.047	41.285	991.792	11.721	4.249
TO	37.216	1.286	35.556	268	106
RR	7.765	193	7.521	25	26
MG	854.466	34.567	805.019	10.465	4.415
PE	115.289	2.309	111.677	783	520
AM	62.847	1.384	60.317	875	271
AP	5.193	64	5.114	15	0
CE	301.541	3.659	294.907	1.857	1.118
MT	115.080	5.111	108.017	1.469	483
PB	179.212	2.847	174.776	991	598
SC	399.625	8.217	387.539	2.620	1.249
SE	94.453	1.352	92.535	357	209
DF	89.377	4.538	83.838	848	153
MA	85.476	1.774	82.602	863	237
MS	102.720	4.865	96.439	1.142	274
AL	37.436	635	36.258	471	72
RN	57.840	1.388	55.681	539	232
RS	527.485	22.137	496.463	6.358	2.527
BA	437.512	7.520	425.727	2.763	1.502
TOTAL	6.030.329	182.462	5.765.954	57.954	23.959

3

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?



95,6% votaram NÃO

UF	Total de votantes	SIM	NÃO	BRANCO	NULO
AC	11.024	437	10.337	226	24
ES	335.016	4.981	324.336	4.495	1.204
GO	161.987	4.711	154.375	2.261	640
PI	89.157	1.805	85.402	1.361	589
PR	334.867	7.256	323.027	3.701	883
PA	143.738	3.956	138.039	1.274	469
RJ	271.291	7.762	258.033	4.571	925
RO	123.669	2.324	119.799	1.290	256
SP	1.049.047	32.981	996.006	16.344	3.716
TO	37.216	1.254	35.481	383	98
RR	7.765	176	7.510	52	27
MG	854.466	31.006	804.312	14.576	4.572
PE	115.289	2.253	111.531	980	525
AM	62.847	1.245	60.416	947	239
AP	5.193	44	5.128	20	1
CE	301.541	3.372	294.589	2.501	1.079
MT	115.080	4.440	108.271	1.918	451
PB	179.212	2.650	174.790	1.272	500
SC	399.625	7.470	387.285	3.702	1.168
SE	94.453	1.160	92.585	524	184
DF	89.377	3.807	84.012	1.417	141
MA	85.476	1.518	82.774	997	187
MS	102.720	4.324	96.430	1.603	363
AL	37.436	417	36.437	503	79
RN	57.840	1.174	55.772	713	181
RS	527.485	19.523	496.464	9.107	2.391
BA	437.512	6.949	425.422	3.743	1.398
TOTAL	6.030.329	158.995	5.768.563	80.481	22.290

Conclusões da V Plenária Nacional

“Campanha Jubileu 2000, Por Um Milênio Sem Exclusões”

Entre os dias 6 e 7 de novembro de 2000, foi realizada em São Paulo a V Plenária Nacional da **“Campanha Jubileu 2000, por um Milênio Sem Dívidas”**. A Plenária tinha como objetivo avaliar e traçar os próximos passos da Campanha, após a realização exitosa do Plebiscito Nacional da Dívida Externa. Segue um resumo das principais decisões tomadas.

A partir das avaliações realizadas em cada Estado e da avaliação em nível nacional, foi unânime a decisão de dar continuidade às ações da Campanha, assim como continuar a pressão para a realização do referendo oficial e da auditoria pública da dívida.

Trabalhamos em torno de cinco eixos de ação.

1. Referendo oficial e cancelamento das dívidas

A Campanha pela aprovação dos dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (referendo oficial e o cancelamento das dívidas que países cuja renda per capita é inferior à brasileira têm com o Brasil).

- ◆ publicação dos projetos em tramitação, tornando-os acessíveis a um público maior;
- ◆ elaboração de uma carta padrão exigindo apoio dos deputados e senadores para a aprovação dos projetos, a qual deve ser enviada por todos os Estados aos seus respectivos parlamentares;

- ◆ reunião da coordenação com lideranças da oposição para mapear as reais possibilidades de aprovação dos projetos de lei;
- ◆ contatos com outras organizações a fim de ampliar a articulação da Campanha Jubileu 2000.

2. Programa de Formação

Decidimos que o principal objetivo do programa de formação da Campanha é manter o tema do endividamento na pauta dos movimentos sociais. Para isso decidiu-se:

- ◆ realizar um curso de formação dirigido a formadores, com a participação de representantes dos Estados;
- ◆ estimular a realização de tribunais estaduais sobre o processo de endividamento e sua interligação com projetos de desenvolvimento e/ou sistema financeiro internacional (a ser definido por cada Estado).

3. Auditorias: pública e independente

Decidiu-se que, independentemente da realização ou não de uma auditoria pública, será efetivada uma auditoria independente.

- ◆ na primeira quinzena de dezembro, será realizada uma reunião em que deverão ser convidados representantes da OAB, da ANAMATRA, do CORECON/RJ, do FISCOFORUM/RJ e MG, senadores da oposição, entre outros;
- ◆ nessa reunião serão definidos objetivos, metodologia e estratégias de como levar adiante essa auditoria;
- ◆ na carta aos parlamentares, será incluída a informação de que estaremos realizando a auditoria paralela.

4. Dívida interna e a relação com os prefeitos

- ◆ a partir dos comitês municipais da Campanha, acompanhar o orçamento municipal. Nessa perspectiva, foi elaborado um roteiro para esse acompanhamento. O objetivo é trazer à baila o endividamento interno e seu impacto na vida cotidiana das pessoas;
- ◆ realizar um Simpósio sobre Dívida Interna a fim de aprofundar o conteúdo e a discussão sobre este tema;
- ◆ proposta para o Simpósio: maio de 2001, em São Paulo.

5. Atividade nacional de massa

A partir das avaliações estaduais e nacional, foi unânime a idéia de que a Campanha deve realizar uma grande atividade de massa no ano de 2001. Em princípio, há um grande desejo de continuar trabalhando o casamento Grito dos Excluídos e Campanha Jubileu 2000. Para garantir que de fato aconteça uma atividade de massa, será necessário mapear outras iniciativas previstas para 2001, como as do Fórum Nacional de Lutas, por exemplo. Além disso, serão realizadas consultas em todos os Estados, para colher propostas de atividades que possam ser realizadas no segundo semestre de 2001.

AGENDA DE ATIVIDADES E LUTAS DE 2001

MARÇO

- 08 Dia Internacional da Mulher;
- 04 a 09 Acampamentos de Trabalhadoras Rurais nas Capitais;
- 14 Dia Internacional de Luta contra Barragens - MAB;
- 14 a 17 8º Congresso Nacional de Trabalhadores/as Rurais da Contag (DF);
- 17 a 18 Seminário Nacional da Secretaria de Movimentos Populares do PT;
- 19 a 20 Plenária Nacional da Campanha Jubileu 2000 (SP);
- 23 a 25 6º Encontro do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM (MG);

ABRIL

- 01 Dia Nacional de Mobilização pela Moradia - UNMP;
- 06 a 07 Encontro dos Ministros da América Latina (Buenos Aires);
- 07 Dia Mundial de Luta pela Saúde (CMP vai fazer mobilização nas capitais);
- 15 a 19 Assembléia Geral dos Povos Indígenas (DF);
- 15 a 21 Semana dos Povos Indígenas;
- 17 Dia Internacional de Luta Camponesa - 5 anos do massacre de Eldorado dos Carajás;

ABRIL

- 17 a 21 Marchas para as Capitais - coordenação dos movimentos sociais do campo;
II Conferência dos Povos das Américas Quebec (durante a 3ª cúpula de presidentes e chefes das Américas);
- 19 Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas (DF);
- 22 Brasil, Outros 500;

MAIO

- 01 Dia de Luta do Trabalhador;
- 14 a 18 3ª Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas;
- 20 Manifestação no 3º aniversário do assassinato do Cacique Chicão (PE);
- 28 Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher;
- 29 a 31 Simpósio sobre a dívida interna: implicações e perspectivas - Campanha Jubileu 2000 (SP);
- 31 Dia Nacional de Mobilização por Políticas Públicas/CMP;

JUNHO

- 03 Dia Nacional de Ocupação Urbana - MNLM;
- 4 a 7 1º Congresso Nacional de Catadores e Recicladores de Papéis e Lixo (DF);
- 28 Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico (passeatas nas capitais);

JULHO

- 15 a 22 Semana Mundial contra as Dívidas;
- 20 Dia Mundial de Ação contra a Dívida Externa;
- 27 Dia do Trabalhador Rural;

AGOSTO

- 12 Assassinato de Margarida Alves;
Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais;

SETEMBRO

- 7 Grito dos Excluídos (Brasil);
16 Eleições diretas para direções do PT;
21 Dia Nacional de Portadores de Deficiência;

OUTUBRO

- 02 Dia Mundial dos Sem-teto;
12 Grito Continental dos Excluídos;
15 Dia Nacional da Juventude;
16 Dia Mundial da Juventude;

NOVEMBRO

- 01 Assassinato de Dorcelina Folador (Mundo Novo/MS);
14 a 17 Simpósio sobre o futuro do trabalho no Brasil - PO
Nacional,/Setor Social da CNBB (SP);
14 a 18 Segunda Jornada Ecumênica;
20 Dia Nacional de Consciência Negra;

DEZEMBRO

- 01 Dia Internacional de Luta contra a AIDS;
03 Dia Internacional de Luta das Pessoas Portadoras de
Deficiência;
10 Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Ilustrações: Marigoni
Editoração: Sapiens Comunicação
Impressão: Edições Loyola